

Não é de hoje que falamos sobre a necessidade de uma migração cada vez maior do setor de saúde para a era digital. Mesmo com ambientes, procedimentos e relações cada vez mais tecnológicas, o setor de saúde (tanto pública quanto privada) continua analógico. Por mais que a tendência de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) nos diferentes segmentos seja realidade, a eHealth, Internet das Coisas e outras modalidades ainda engatinham no segmento.

Já reforçamos acerca dessa necessidade lá em 2016 com o [TD “Prontuário Eletrônico do Paciente e os benefícios para o avanço da saúde”](#). Por mais que haja uma série de iniciativas, o uso do prontuário eletrônico ainda é acanhado no país e os dados são pouco compartilhados entre médicos, instituições de saúde (como clínicas e hospitais), pacientes e outros envolvidos na cadeia. A ampliação dessa prática representaria ganho de eficiência na gestão, menos desperdícios e maior qualidade na assistência.

Claro que a adoção dos diferentes processos passa por uma série de fatores e preocupações. A principal diz respeito à segurança das informações do paciente e instituições. Como apontou o relatório “[Building the Hospital of 2030](#)”, 89% das organizações de saúde que adotaram estratégias da Internet das Coisas sofreram algum tipo de violação das informações.

Exatamente nesse sentido é que se faz necessário o investimento em Certificação Digital na área da saúde, conforme artigo divulgado por Julio Cosentino, presidente da [Associação Nacional de Certificação Digital \(ANCD\)](#). Segundo o texto, o Prontuário Eletrônico do Paciente amplia o caráter de sustentabilidade, já que elimina o uso de papel. “Todas as assinaturas são possíveis em meio eletrônico, assim como anotações e apontamentos, com todo o valor jurídico e segurança”, diz o especialista.

Segundo determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa lançada em 2016, laboratórios de análises clínicas devem utilizar o Certificado Digital para a assinatura de laudos emitidos pela internet. A norma busca garantir a integridade e autenticidade do documento. Em um cenário em que a segurança dos dados de pacientes e instituições é fundamental para a maior disseminação do uso do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), o uso da certificação pode ser um passo primordial para seu uso em larga escala e a consequente melhoria da eficiência operacional.

O autor defende que, em um cenário de envelhecimento da população e no natural crescimento demográfico, é necessário garantir mais celeridade nas diferentes formas de assistência ao paciente, otimizando o tempo dos profissionais e os espaços físicos disponíveis. “Pode-se controlar estoques de medicamentos, disponibilidade de vagas, agendamentos de consultas, escalas médicas, carga horária dos profissionais etc”, conclui Cosentino.

**Fonte:** IESS, em 14.05.2018.